



## Concurso: comissão julga recursos de sentenças



Desembargadores Pacheco, Sommariva, Paladino e o advogado Hélio Brasil

O desembargador Sérgio Torres Paladino, 1º vice-presidente do TJ e presidente da Comissão de Concurso para Ingresso na Magistratura, abriu a sessão pública de julgamento dos recursos contra as provas práticas de sentença penal. A comissão foi composta, ainda, pelos desembargadores Salete Silva Sommariva e Roberto Lucas Pacheco e pelo representante da OAB/SC, advogado Hélio Brasil. No primeiro dia, ao todo, 86 recursos da prova prática de sen-

tença penal estiveram na pauta. No segundo dia, 79 recursos da prova de sentença civil foram julgados pela comissão presidida, também, pelo desembargador Sérgio Paladino, e composta pelos magistrados Cid Goulart e Ronei Danielli e pelo advogado André Opilhar.

Antes do início da análise dos processos, o desembargador Paladino fez questão de ressaltar a carência de magistrados que se verifica não só no Poder Judiciário

catarinense, mas, na Justiça brasileira. “Esperamos que, ao final desse concurso, tenhamos um maior número de aprovados para que possamos suprir a falta de juízes, fato que repercute na prestação jurisdicional”, declarou.

A comissão de concurso da magistratura do TJSC informa que já está marcado para o dia 05 de outubro o início das provas orais aos candidatos aprovados nas etapas anteriores e para os que tiverem seus recursos deferidos.



## Judiciário, Executivo e a situação dos menores em SC

Em reunião coordenada pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Vanderlei Romer, e pelo coordenador da Infância e Juventude, desembargador Sérgio Heil, foi debatida, em setembro, a situação do atendimento socioeducativo em Santa Catarina.

O tema principal foi a situação do PAI (Plantão de Atendimento Inicial), interdito por 30 dias pela juíza Brigitte Remor de Souza May, da Vara da Infância e Juventude da Capital, e a construção do Centro de Atendimento Socioeducativo da Grande Florianópolis (Case).

O desembargador Romer es-



Desembargadores Romer e Heil

clareceu que o Judiciário faz a sua parte para o cumprimento da lei e fiscalização. Ele questionou a secretária adjunta da Justiça e Cidadania, Maria Elisa de Caro, sobre a situação das estruturas para atendimento socioeducativo. Hoje, o Judiciário não conta com os centros de Joinville, Concórdia, São José e Florianópolis.

Maria Elisa adiantou que, em Joinville, a obra física está 90% concluída, apenas na dependência de con-

tratamento de pessoal especializado no atendimento aos adolescentes para entrar em funcionamento.

A Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça, após reunião realizada na última sexta-feira (14/09), divulgou nota de esclarecimento, posicionando-se sobre a situação do atendimento socioeducativo em Santa Catarina.



Maria Elisa de Caro



## Leitura biométrica faz registro de reeducando em Joinville

Os 900 reeducandos em regime aberto de Joinville vão passar a ter o comparecimento em juízo registrado através de um leitor biométrico. A iniciativa partiu do juiz João Marcos Buch, da Vara de Execução Penal, que solicitou ao Diretor da Penitenciária Industrial de Joinville, com a utilização de verbas do fundo do trabalhador preso, a aquisição do software.

O cadastramento dos primeiros reeducandos teve início no dia 13/09. A partir da implantação do novo sistema, explica o magistrado, não haverá mais necessidade de atendimento pessoal, com conferência de



documentos e busca de fichas para assinatura. "O reeducandos apenas comparecerão ao balcão, colocarão seu dedo no leitor e retirarão o comprovante, automaticamente impresso. Como o programa ainda não está interligado ao SAJ, por questão

de segurança do sistema, ao final de cada expediente será extraído relatório dos comparecimentos para efeito de alimentação de dados", explica o titular da VEP. O próximo passo, adianta Buch, é buscar a integração ao sistema do TJ.

## Tribunal encaminha reformas nas comarcas do interior

### CUNHA PORÃ

O Tribunal de Justiça, através da Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA), assinou a ordem de serviço que autoriza o início das obras de reforma parcial no prédio da comarca de Cunha Porã. Entre os serviços a serem executados, estão previstos a substituição da cobertura, assim como de todas as esquadrias das janelas, pinturas internas e externas, e adequações do passeio público às normas de acessibilidade. A obra terá custo de R\$ 346 mil.

### CAPIVARI DE BAIXO

O DEA assinou o termo de recebimento provisório da obra de reforma parcial do Fórum da comarca de Capivari de Baixo, na última segunda-feira (17/9). Foram contemplados serviços de adequações do leiaute de paredes internas, pinturas internas e externa. Segundo os engenheiros da DEA, a utilização de cores modernas em jogo de tonalidades afins, destacou as características arquitetônicas do prédio. O valor investido ficou em R\$ 138.224,50.

### Perfil:

#### Adroaldo Jacob de Freitas



A paixão do TJA Adroaldo Jacob de Freitas, 43 anos, pela música começou aos sete anos quando fez da gaita do pai o "brinquedo" favorito. Gaúcho de Machadinho, há 11 anos trabalha no Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Ponte Serrada. Antes, tocava música regionalista em Centros

de Tradição Gaúcha e em bailes em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Pai de duas meninas de sete e seis anos, que moram com a mãe, em Rio do Sul, Adroaldo mostra carinho e orgulho por elas.

Ele morava em Erechim e a música marcou sua infância e adolescência, quando tocava em Invernadas Artísticas. Fala com carinho dos parceiros "João Kadela e Grupo Kanil", de Passo Fundo/RS, "Grupo Sarandeio" e "Tradição Nativa". Mas o cansaço ao conciliar o Judiciário com o trabalho musical o fez desistir das apresenta-

ções e, depois de 12 anos, parou. Hoje, duas gaitas o fazem matar a saudade.

Uma "Bugari" é seu xodó. Diz que é o seu capricho, mas que não comprou por "soberba", e sim pela qualidade do material e sonoridade. "A diferença ao tocar esta gaita é a de dirigir um Fusca ou uma Ferrari", gaba-se Adroaldo.

